

CEE terá oito novos conselheiros

Conselho terá novo presidente e Quércia vai nomear mais oito conselheiros

O Conselho Estadual de Educação (CEE) realiza hoje sua última sessão sob a presidência do professor Jorge Nagle, cujo mandato termina terça-feira. No dia seguinte, quando o conselho volta a se reunir, a sessão deverá ser presidida por João Gualberto Menezes de Carvalho, o mais velho entre os 24 conselheiros. Gualberto ficará no cargo até que o sucessor de Nagle seja eleito pelo próprio CEE, o que deve ocorrer nos primeiros dias de agosto.

Responsável por ações importantes no âmbito da educação pública e privada — que vão da simples aprovação do regimento interno de uma escola até a autorização para a Secretaria de Educação executar seus projetos —, o conselho vive dias agitados não apenas pelas articulações para a escolha do futuro presidente. Nos corredores do prédio da Caetano de Campos, onde funciona o órgão, as conversas giram em torno do decreto que o governador Orestes Quércia deve assinar no início da próxima semana, nomeando oito conselheiros e cinco suplentes.

Alguns dos atuais conselheiros em fim de mandato deverão permanecer no conselho, pois ainda desfrutam da con-

fiança do governador — a legislação obriga Quércia a escolher conselheiros com "notório saber e experiência em matéria de educação" mas deixa a critério exclusivo do governador indicar quem preenche tais condições. Por essa razão, nomes como o de Cecília Guaraná deverão ser preferidos, já que a ex-coordenadora do Ensino na Grande São Paulo deixou de ser auxiliar do governo peemedebista e hoje ocupa a linha de frente da administração municipal de São Paulo, como assessora do secretário de Educação, Paulo Freire, do PT.

A relação dos oito titulares e cinco suplentes já está pronta, segundo o secretário-adjunto da Educação, Fernando Alvarenga, que não revela quem são os preferidos da secretaria. Essa nomeação tem uma característica especial. Trata-se da última vez que Quércia escolherá sozinho os conselheiros. Pelo anteprojeto da Constituição estadual, a ser promulgada ainda este ano, o conselho passará a ser formado com nomes indicados pelo Executivo e aprovados pela Assembléia Legislativa.

As associações docentes — como a Adusp, que reúne os professores da USP — não estão satisfeitas com a simples divisão de poder entre o Executivo e o Legislativo, para a composição do conselho. Segundo o professor Otaviano Helene, vice-presidente da Adusp, a entidade vai apresentar à Constituinte emenda que garante a participação da sociedade civil no órgão.